

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****142ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 98/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 21210.007566-2024-42**Órgão: INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária****Requerente: M.F.M.****Resumo do Pedido**

O requerente solicitou a Planilha orçamentária analítica de serviços eventuais da empresa ORION, vencedora do Pregão nº 03/2016.

Resposta do órgão requerido

O órgão alegou que a resposta já fora prestada em diversos precedentes (sem mencionar quais), sendo em uma das oportunidades concedido acesso externo aos processos que envolvem a contratação, em sua integralidade, para o requerente. Ademais, citou que a Procuradoria Federal Especializada emitira o Parecer nº 00284/2024/EQUADLIC/PFE-INCRA-SEDE no qual se extrai a seguinte passagem: “As informações sobre os fatos ocorridos e também sobre os documentos relacionados a tais fatos, como se vê, já foram prestadas ao requerente”. Por fim, esclareceu que os documentos exigidos em certames licitatórios constam nos seus respectivos editais e, no presente caso, o edital do Pregão nº 03/2016 não menciona “planilha analítica”.

Recurso em 1ª instância

O requerente reclamou a ausência da planilha orçamentária no site de compras, assim como no processo disponibilizado via acesso externo. Ademais, proferiu as seguintes manifestações: “A procuradora no Parecer 059 acusou a inexistência de tal planilha.”; “A fiscalização em inúmeros ofícios e memorandos, e outros documentos solicitou a planilha orçamentária analítica dos serviços eventuais.”; “O relatório da comissão nomeada pelo presidente do INCRA, constatou a inexistência de tal planilha.”; “A empresa ORION encaminhou CO pedindo prazo para apresentar a Planilha orçamentária analítica de serviços eventuais”. Por fim, sugeriu acareação sobre a existência da planilha.

Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância

O órgão respondeu em Despacho SEI/INCRA - 21679063 que “(...) todas as informações que esta Administração dispõe já foram disponibilizadas ao requerente. Saliento que em nenhum momento foi afirmado ao requerente que o documento que o mesmo requer encontra-se nos autos, foram sim, disponibilizados os autos de forma integral para que o mesmo faça a leitura e localize a informação que necessita”. Por fim, reafirmou que “todas as informações que a administração dispõe e conhece sobre o assunto em epígrafe, encontram-se nos autos dos processos disponibilizados e salvo melhor juízo, não cabe a esta administração prestar este tipo de consultoria ao particular, seja para fins pessoais ou outros fins, acerca do que deveria ou não estar nos autos do contrato”.

Recurso em 2ª instância

O requerente reiterou o pedido inicial. Alegou que foram enviadas várias informações para confundir que tal planilha consta no site Comprasnet. Defendeu que a planilha é exigência legal e a alegação de que não constam no edital não é verdadeira. Ademais, alegou que a planilha não foi apresentada conforme outros documentos constantes nos autos e, dessa forma, teria ocorrido fraude licitatória.

Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância

O órgão respondeu que os esclarecimentos foram prestados, e que não houve negativa de acesso à informação.

Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)

O requerente alegou que a informação não corresponde ao solicitado. Ademais, contrariando o Parecer nº 00284/2024/EQUADLIC/PFE-INCRA-SEDE, citou que o Parecer 00059/2017 da PFE expõe que a planilha não foi apresentada pela empresa ORION, vencedora do certame. Alegou que *“constam nos autos vários despachos, ofícios, memorandos, etc. que solicitam tal planilha analítica”* e, diante disso reiterou que lhe fosse encaminhada a planilha.

Análise da CGU

A CGU destacou a análise conjunta dos recursos NUP 21210.007425/2024-20 e 21210.007566/2024-42, que tratam de questões dirigidas ao INCRA, relacionadas ao pedido nº 21210.006444/2024-39, que tratou de solicitação de cópia da planilha orçamentária analítica, e/ou composição de custos unitários dos serviços que a empresa ORION apresentou no Pregão 03/2016, que originou o contrato e nº 40.900/2016. Da análise dos autos, compreendeu que o recurso não apresentou fatos tratados no âmbito da LAI. Destacou que, desde os pedidos iniciais, o requerente veicula questões não abarcadas nos art. 4º e 7º da LAI, uma vez que reclama das respostas oferecidas pelo órgão, no âmbito do pedido nº 21210.006444/2024-39. Nesse sentido, atestou que o INCRA declarou reiteradas vezes ter fornecido acesso a toda documentação disponível, sendo a declaração revestida de presunção relativa de veracidade, em decorrência dos princípios da boa-fé e da fé pública, que revestem os atos administrativos em geral. Isso posto, a CGU compreendeu que o requerente não apresenta pedido de acesso à informação, mas sim, questionamento do que possui ou não nos autos, não ocorrendo, portanto, negativa de acesso à informação requerida.

Decisão da CGU

A CGU não conheceu dos recursos, pois entendeu que não houve a ocorrência de negativa de acesso à informação, requisito de admissibilidade disposto no art. 16 da Lei nº 12.527/2011, haja vista que o INCRA declarou ter fornecido acesso a toda documentação que possui disponível, além de os pedidos originais e os recursos veicularem demandas não abarcadas no escopo definido nos arts. 4º e 7º da Lei nº 12.527/2011.

Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)

O requerente alegou que as respostas apresentadas pelo INCRA foram diversas e, contrário à decisão proferida pela CGU, asseverou que *“NÃO SE TRATA DE DENÚNCIA, E SIM DE ACESSO A UM DOCUMENTO QUE DEVERIA FAZER PARTE DOS DOCUMENTOS PÚBLICOS DO PREGÃO 03/2016”*.

Admissibilidade do recurso à CMRI

Recurso não conhecido. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade e regularidade formal. Todavia, o requisito do cabimento não foi atendido, em razão de não ter havido negativa de acesso à informação.

Análise da CMRI

Inicialmente, cumpre esclarecer que se realizou a análise conjunta dos NUPs 21210.007425/2024-20 e 21210.007566/2024-42 em virtude de apresentarem demandas idênticas, do mesmo requerente e direcionadas para o mesmo órgão, em observância aos princípios da segurança jurídica e da eficiência estabelecidos o art. 2º da Lei 9.784/1999. Da análise de ambos os autos, observa-se, sobretudo, que a irresignação do requerente se debruça sobre o questionamento de uma peça por ele identificada como “Planilha orçamentária analítica de serviços eventuais”, então ausente no bojo do Pregão Eletrônico nº 03/2016, o que ensejaria, segundo o próprio, a ocorrência de fraude licitatória. Tal questionamento resta evidente no recurso interposto perante a CMRI, no âmbito do NUP 21210.007566/2024-42, por meio do qual o requerente assevera que *“NÃO SE TRATA DE DENÚNCIA, E SIM DE ACESSO A UM DOCUMENTO QUE DEVERIA FAZER PARTE DOS DOCUMENTOS PÚBLICOS DO PREGÃO 03/2016”*. Isso posto, cumpre esclarecer que a análise de mérito sobre o que deve ou não compor um processo, seja qual for a sua natureza, não está abrangido no escopo de um pedido de acesso à informação, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 12.527/2011. Ainda que das duas manifestações iniciais do requerente se extraia a intenção de obter do INCRA o arquivo correspondente à referida planilha orçamentária, é notório que o ente prestou os devidos esclarecimentos nas fases iniciais do NUP 21210.007566/2024-42, em especial por meio do Despacho SEI/INCRA - 21679063, do qual se extraem os seguintes apontamentos:

“(…) todas as informações que esta Administração dispõe já foram disponibilizadas ao requerente. Saliento que em nenhum momento foi afirmado ao requerente que o documento que o mesmo requer encontra-se nos autos, foram sim, disponibilizados os autos de forma integral para que o mesmo faça a leitura e localize a informação que necessita.”

E que:

“(…) todas as informações que a administração dispõe e conhece sobre o assunto em epígrafe, encontram-se nos autos dos processos disponibilizados (…)”

Desse modo, o Colegiado compreende que não houve negativa de acesso às informações requeridas, que é requisito de admissibilidade recursal, uma vez identificado que o INCRA prestou os esclarecimentos ainda nas instâncias recursais dos NUPs 21210.007425/2024-20 e 21210.007566/2024-42. De todo modo, compete orientar ao requerente que é possível registrar manifestação de ouvidoria, como denúncias, e solicitações de providências por parte da Administração Pública, por meio da Plataforma Fala.BR, utilizando a opção específica para a finalidade, caso seja de seu interesse.

Decisão da CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, não conhece do recurso, porque não houve negativa de acesso às informações pedidas, que é requisito de admissibilidade recursal, nos termos do art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, c/c os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado**, **Presidente Suplente da CMRI**, em 11/04/2025, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO**, **Usuário Externo**, em 15/04/2025, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO**, **Usuário Externo**, em 15/04/2025, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA** registrado(a) civilmente como **RONALDO, Usuário Externo**, em 15/04/2025, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima**, **Chefe de Gabinete**, em 15/04/2025, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Barbuda Fernandes Chaves**, **Usuário Externo**, em 17/04/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis**, **Usuário Externo**, em 22/04/2025, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE MORAIS**, **Usuário Externo**, em 23/04/2025, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA**, **Usuário Externo**, em 24/04/2025, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6487498** e o código CRC **F5E9D71C** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0